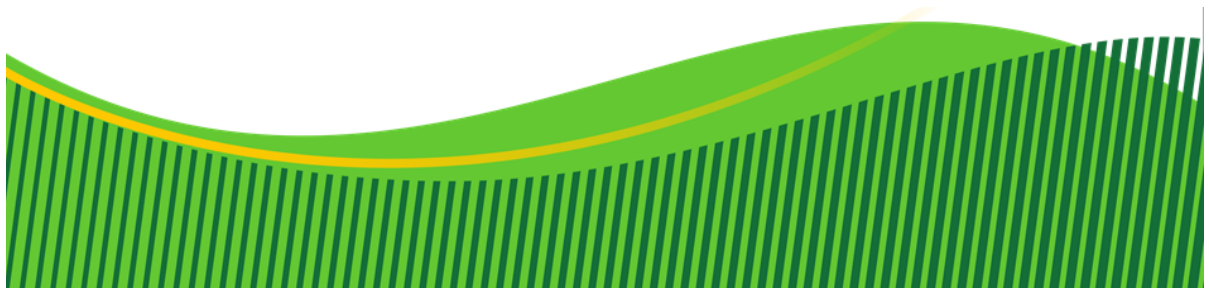


Relatório Anual 2018

Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Magistrados, membros do Ministério Público, Defensores Públicos e Servidores do Poder Judiciário no Estado do Ceará - Sicredi Cooperjuris

Diretoria Executiva de Administração
Superintendência de Controladoria
Gerência Contábil



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Associados da
Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Magistrados, membros do Ministério Público,
Defensores Públicos e Servidores do Poder Judiciário no Estado do Ceará - Sicredi Cooperjuris
Fortaleza - CE

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Magistrados, membros do Ministério Público, Defensores Públicos e Servidores do Poder Judiciário no Estado do Ceará - Sicredi Cooperjuris (“Cooperativa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018, e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Magistrados, membros do Ministério Público, Defensores Públicos e Servidores do Poder Judiciário no Estado do Ceará - Sicredi Cooperjuris em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 08 de março de 2019

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC – 2SP015199/O-6



Américo F. Ferreira Neto
Contador CRC-1SP192685/O-9

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos. Em cumprimento aos dispositivos legais e ao estatuto social, divulgamos as Demonstrações Financeiras da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Magistrados, membros do Ministério Público, Defensores Públicos e Servidores do Poder Judiciário no Estado do Ceará - Sicredi Cooperjuris, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Magistrados, membros do Ministério Público, Defensores Públicos e Servidores do Poder Judiciário no Estado do Ceará - Sicredi Cooperjuris
CNPJ/MF nº 08.041.950/0001-76

ATIVO	31/12/2018	31/12/2017 (Reapresentado)	PASSIVO	31/12/2018	31/12/2017 (Reapresentado)
CIRCULANTE	14.978	14.656	CIRCULANTE	9.788	7.348
DISPONIBILIDADES (NOTA 04)	40	18	DEPÓSITOS (NOTA 09)	5.345	4.526
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	7.474	7.341	Depósitos à Vista	1.603	1.102
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	58	-	Depósitos a Prazo	3.742	3.424
Centralização Financeira - Cooperativas (NOTA 04)	7.416	7.341	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	44	4
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 05)	6.157	6.529	Recursos em Trânsito de Terceiros	44	4
Operações de Crédito	6.321	6.611	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO (NOTA 10)	2.678	1.638
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(164)	(82)	Empréstimos País - Outras Instituições	2.678	1.638
OUTROS CRÉDITOS	1.307	768	OUTRAS OBRIGAÇÕES	1.721	1.180
Rendas a Receber	54	101	Cobrança e Arrecadação de Tributos	5	4
Diversos (NOTA 05 e 06)	1.266	669	Sociais e Estatutárias	148	120
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa) (NOTA 05)	(13)	(2)	Fiscais e Previdenciárias	79	92
			Diversas (NOTA 11)	1.489	964
NÃO CIRCULANTE	25.439	14.909	NÃO CIRCULANTE	22.927	15.737
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 05)	24.578	14.167	DEPÓSITOS (NOTA 09)	15.670	13.094
Operações de Crédito	24.765	14.347	Depósitos a Prazo	15.670	13.094
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(187)	(180)	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO (NOTA 10)	7.257	2.643
INVESTIMENTOS (NOTA 07)	784	699	Empréstimos País - Outras Instituições	7.257	2.643
Outros Investimentos	784	699	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	7.702	6.480
IMOBILIZADO DE USO (NOTA 08)	75	40	CAPITAL SOCIAL (NOTA 13)	5.995	5.340
Outras Imobilizações de Uso	241	189	De Domiciliados no País	11.036	7.362
(Depreciação acumulada)	(166)	(149)	(Capital a Realizar)	(5.041)	(2.022)
INTANGÍVEL (NOTA 08)	2	3	RESERVAS DE SOBRAS	556	412
Outros Ativos Intangíveis	48	48	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	1.151	728
(Amortização acumulada)	(46)	(45)			
TOTAL DO ATIVO	40.417	29.565	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	40.417	29.565

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Magistrados, membros do Ministério Público, Defensores Públicos e Servidores do Poder Judiciário no Estado do Ceará - Sicredi Cooperjuris
CNPJ/MF nº 08.041.950/0001-76

Descrição das contas	01/07/2018 a 31/12/2018 (Não auditado)			01/01/2018 a 31/12/2018			01/01/2017 a 31/12/2017 (Reapresentado)		
	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	3.661	-	3.661	6.306	-	6.306	4.173	-	4.173
Operações de Crédito	3.661	-	3.661	6.306	-	6.306	4.173	-	4.173
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(1.083)	-	(1.083)	(2.169)	-	(2.169)	(2.076)	-	(2.076)
Operações de Captação no Mercado	(583)	-	(583)	(1.095)	-	(1.095)	(1.302)	-	(1.302)
Operações de Empréstimos e Repasses	(501)	-	(501)	(828)	-	(828)	(664)	-	(664)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	1	-	1	(246)	-	(246)	(110)	-	(110)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	2.578	-	2.578	4.137	-	4.137	2.097	-	2.097
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(1.526)	(8)	(1.534)	(2.358)	(32)	(2.390)	(764)	(48)	(812)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	6	23	29	10	35	45	-	14	14
Rendas de Tarifas Bancárias	10	-	10	20	-	20	28	-	28
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(629)	(6)	(635)	(1.150)	(9)	(1.159)	(794)	(2)	(796)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 16)	(441)	(13)	(454)	(767)	(26)	(793)	(542)	(14)	(556)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(1)	(1)	(2)	-	(1)	(1)	(1)	-	(1)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 17)	388	2	390	642	2	644	956	1	957
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 18)	(859)	(13)	(872)	(1.113)	(33)	(1.146)	(411)	(47)	(458)
RESULTADO OPERACIONAL	1.052	(8)	1.044	1.779	(32)	1.747	1.333	(48)	1.285
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	-	15	15	-	15	15	-	-	-
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	1.052	7	1.059	1.779	(17)	1.762	1.333	(48)	1.285
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	-	-	-	(1)	(1)	-	-	-
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	-	-	-	-	(1)	(1)	-	-	-
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	1.052	7	1.059	1.779	(18)	1.761	1.333	(48)	1.285
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	-	-	-	(18)	18	-	(50)	-	(50)
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	1.052	7	1.059	1.761	-	1.761	1.283	(48)	1.235
DESTINAÇÕES	-	-	-	(610)	-	(610)	(507)	-	(507)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(322)	-	(322)	(325)	-	(325)
Fates - Estatutário	-	-	-	(144)	-	(144)	(91)	-	(91)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(144)	-	(144)	(91)	-	(91)
SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO	-	-	-	1.151	-	1.151	776	(48)	728

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Magistrados, membros do Ministério Público, Defensores Públicos e
Servidores do Poder Judiciário no Estado do Ceará - Sicredi Cooperjuris

CNPJ/MF nº 08.041.950/0001-76

	Capital Social	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2017	5.075	321	449	5.845
Destinação resultado exercício anterior				
Distribuição de sobras para associados	-	-	(449)	(449)
Capital de associados				
Aumento de capital	1.267	-	-	1.267
Baixas de capital	(1.002)	-	-	(1.002)
Resultado do período	-	-	1.235	1.235
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(91)	(91)
Reserva Legal - Estatutária	-	91	(91)	-
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	(325)	(325)
Saldos no fim do período em 31/12/2017	5.340	412	728	6.480
Mutações do Período	265	91	279	635
Saldos no início do período em 01/01/2018	5.340	412	728	6.480
Destinação resultado exercício anterior				
Distribuição de sobras para associados	-	-	(728)	(728)
Capital de associados				
Aumento de capital	2.793	-	-	2.793
Baixas de capital	(2.407)	-	-	(2.407)
Resultado do período	-	-	1.761	1.761
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(144)	(144)
Reserva Legal - Estatutária	-	144	(144)	-
Juros sobre o Capital Próprio	269	-	(322)	(53)
Saldos no fim do período em 31/12/2018	5.995	556	1.151	7.702
Mutações do Período	655	144	423	1.222
Saldos no início do período em 01/07/2018 (Não auditado)	5.668	412	702	6.782
Capital de associados				
Aumento de capital	899	-	-	899
Baixas de capital	(841)	-	-	(841)
Resultado do período	-	-	1.059	1.059
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(144)	(144)
Reserva Legal - Estatutária	-	144	(144)	-
Juros sobre o Capital Próprio	269	-	(322)	(53)
Saldos no fim do período em 31/12/2018	5.995	556	1.151	7.702
Mutações do Período	327	144	449	920

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Magistrados, membros do Ministério Público, Defensores Públicos e Servidores do Poder Judiciário no Estado do Ceará - Sicredi Cooperjuris

CNPJ/MF nº 08.041.950/0001-76

	01/07/2018 a 31/12/2018 (Não auditado)	01/01/2018 a 31/12/2018	01/01/2017 a 31/12/2017
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	925	1.903	1.581
Resultado do semestre/exercício	1.059	1.761	1.235
AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	(134)	142	346
(Reversão) Provisão para operações de crédito	(20)	89	35
Provisão para desvalorização de outros créditos	3	11	-
Depreciação do imobilizado de uso	10	18	13
Amortização do intangível	1	1	2
Baixas do ativo permanente	17	9	-
Provisão para passivos contingentes	-	158	387
Destinações ao FATES	(144)	(144)	(91)
Dividendos SicrediPar	(1)	-	-
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	2.767	(1.264)	(382)
(Aumento) em relações interfinanceiras ativas	(51)	(58)	-
(Aumento) em operações de crédito	(3.815)	(10.128)	(2.907)
(Redução) em relações interfinanceiras passivas	(6)	-	-
(Aumento) em outros créditos	(416)	(550)	(121)
Redução em outros valores e bens	11	-	-
Aumento em depósitos	3.399	3.395	3.909
Aumento em relações interdependências passivas	41	40	3
Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	2.948	5.654	(1.323)
Absorção de dispêndios pelo FATES	(40)	(99)	40
Aumento em outras obrigações	696	482	17
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	3.692	639	1.199
Aquisição de Investimentos	-	(85)	(99)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(59)	(62)	(14)
Aplicações no Intangível	-	-	(1)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(59)	(147)	(114)
Integralização de capital	899	2.793	1.267
Baixa de capital	(841)	(2.407)	(1.002)
Juros ao capital próprio	(53)	(53)	(325)
Distribuição de Sobras	-	(728)	(449)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	5	(395)	(509)
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	3.638	97	576
Caixa e equivalente de caixa no início do período	3.818	7.359	6.783
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	7.456	7.456	7.359

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Magistrados, membros do Ministério Público, Defensores Públicos e Servidores do Poder Judiciário no Estado do Ceará - Sicredi Cooperjuris ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito do Norte/Nordeste - Central Sicredi Norte/Nordeste e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 11/04/2006 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2018, está organizado por 114 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.684 pontos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação das Cooperativas do Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A. ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Bacen(CPC 01, 03, 04, 05, 10, 23, 24, 25 e 27), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

Visando permitir a adequada análise da posição patrimonial e financeira da Cooperativa, foi efetuada a reclassificação das seguintes informações: No Balanço Patrimonial os valores de depósitos judiciais e passivos contingentes antes apresentados no não circulante foram reclassificados para o circulante nos grupos de Outros Créditos - Diversos e Outras Obrigações - Diversas, respectivamente; na Demonstração de Sobras ou Perdas, para adequação da estrutura de publicação estabelecida pelo BACEN, os valores referentes a Depreciação e Amortização foram reclassificados em Outros Dispendios e Despesas Administrativas antes apresentados em Outros Dispendios e Despesas Operacionais.

Os valores reapresentados estão demonstrados no quadro abaixo:

	2017 Original	Valor ajustado em 2017	2017 Reapresentado
BALANÇO PATRIMONIAL			
Ativo circulante	14.140	516	14.656
OUTROS CRÉDITOS	252	516	768
Diversos	153	516	669
Ativo Não circulante	15.425	(516)	14.909
OUTROS CRÉDITOS	516	(516)	-
Diversos	516	(516)	-
Passivo circulante	6.832	516	7.348
OUTRAS OBRIGAÇÕES	664	516	1.180
Diversas	448	516	964
Passivo Não circulante	16.253	(516)	15.737
OUTRAS OBRIGAÇÕES	516	(516)	-
Diversas	516	(516)	-
		-	-
DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS			
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	812	-	812
Outros Dispendios e Despesas Administrativas	(541)	(15)	(556)
Outros Dispendios e Despesas Operacionais	(473)	15	(458)

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 07 de março de 2019.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispendios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispendios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

d) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

e) Provisão para operações de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

f) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

g) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, referem-se a participação em empresas do Sistema Sicredi, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

h) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

i) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logiciais, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível".

j) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revisados anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

k) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

l) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

m) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL, limitados a 30% do lucro tributável.

n) Ativos e Passivos contingentes

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes estão consubstanciadas na Resolução nº 3.535/08 do CMN, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles classificados como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

o) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2018	2017
Disponibilidades	40	18
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	7.416	7.341
Total	7.456	7.359

A Centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2018 equivale a 100% do CDI.

NOTA 05 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

Operações de crédito	2018			2017
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	6.306	24.756	31.062	20.919
Financiamentos	15	9	24	39
Carteira total	6.321	24.765	31.086	20.958

Estão inclusos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	2018			2017
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Títulos e créditos a receber (i)	211	-	211	148
Total	211	-	211	148

(i) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para Operações de Crédito e Outros Créditos	
		2018	2017	2018	2017
Nível A	0,50	30.465	20.650	150	103
Nível B	1,00	63	198	1	2
Nível C	3,00	77	9	2	-
Nível D	10,00	365	38	37	4
Nível E	30,00	5	45	2	14
Nível F	50,00	295	50	148	25
Nível G	70,00	11	-	8	-
Nível H	100,00	16	116	16	116
Total		31.297	21.106	364	264

c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento

Setor	Vencidas a partir de 15 dias	2018			Total da Carteira	2017
		A vencer				
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias		
Pessoas Físicas	208	1.857	4.428	24.708	31.201	20.835
Outros Serviços	-	10	29	57	96	271
Total	208	1.867	4.457	24.765	31.297	21.106

d) Concentração das operações de crédito

	2018	%	2017	%
10 maiores devedores	2.966	9,48	2.420	11,47
50 devedores seguintes	8.816	28,17	6.081	28,81
100 devedores seguintes	9.271	29,62	6.297	29,84
Demais	10.244	32,73	6.308	29,88
Total	31.297	100	21.106	100

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros créditos

	2018	2017
Saldo inicial	264	228
Constituição de provisão	246	110
Movimentação de baixados para prejuízo	(146)	(74)
Saldo final	364	264

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo, no montante de R\$ 94 (2017 - R\$ 117), foram registradas como "Ingressos e Receitas de Intermediação Financeira".

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 7.156.

NOTA 06 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

	2018	2017 (Reapresentado)
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	16	-
Adiantamentos por conta de imobilizações	121	3
Devedores por depósitos em garantia (ii)	676	518
Títulos e créditos a receber	211	148
Operações com cartões	6	-
Pendências a regularizar	236	-
Outros	-	-
Total Circulante	1.266	669

(i) Refere-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

(ii) Refere-se à Depósito judicial em ações que discutem a legalidade da cobrança do IR sobre Juros ao capital, sobre sobras e outros impostos a compensar.

NOTA 07 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	2018	2017
Cooperativa Central Sicredi Norte/Nordeste	718	655
Sicredi Participações S.A.	64	42
Outras Participações e Investimentos	2	2
Sicredi Fundos Garantidores	1	1
Outras Ações e Cotas	1	1
Total	784	699

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Número de ações/quotas possuídas	20.471 ON 43.267 PN	13.633 ON 28.859 PN	1 Quotas	1 Quotas	718 Quotas	655 Quotas
Percentual de participação	0,01%	0,005%	0,62%	0,61%	0,49%	0,48%
Capital social	880.597	874.847	164	164	147.417	135.798
Patrimônio líquido	906.341	893.040	252.691	240.569	156.293	153.089
Lucro líquido do exercício	14.956	16.863	12.122	35.861	4.987	3.947
Valor do investimento	64	42	1	1	718	655

NOTA 08 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	2018			2017
		Custo corrigido	Depreciação/Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de Uso	-	241	(166)	75	40
Instalações	10%	85	(83)	2	5
Móveis e equipamentos de uso	10%	48	(22)	26	16
Sistema de comunicação	10%	2	(1)	1	1
Sistema de processamento de dados	20%	102	(59)	43	17
Sistema de segurança	10%	4	(1)	3	1
Intangível		48	(46)	2	3
Outros ativos intangíveis		48	(46)	2	3
Total		289	(212)	77	43

NOTA 09 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	2018				2017
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	1.603	-	-	1.603	1.102
Depósitos a prazo	518	3.224	15.670	19.412	16.518
Total	2.121	3.224	15.670	21.015	17.620

NOTA 10 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são apresentados a seguir:

	2018	2017
Empréstimos no País - outras instituições	2.678	1.638
Cooperativa Central Sicredi Norte/Nordeste	2.678	1.638
Total circulante	2.678	1.638
Empréstimos no País - outras instituições	7.257	2.643
Cooperativa Central Sicredi Norte/Nordeste	7.257	2.643
Total não circulante	7.257	2.643

NOTA 11 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

	2018	2017 (Reapresentado)
Provisão para pagamentos a efetuar	131	91
Provisão para passivos contingentes (Nota 12)	674	516
Pendências a regularizar	334	217
Operações com cartões	233	140
Demais fornecedores	3	-
Credores diversos	114	-
Total circulante	1.489	964

NOTA 12 – PASSIVOS CONTINGENTES

A Cooperativa possui passivos contingentes em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2018	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2018
Tributária	516	158	-	674
Total	516	158	-	674

Natureza	Probabilidade de perda	2018	2017
Tributária (i)	Provável	674	516
Total		674	516

(i) Refere-se à ações que discutem a legalidade da cobrança do IR sobre Juros ao capital e sobre sobras.

NOTA 13 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital Social**

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	2018	2017
Capital Social	5.995	5.340
Total de associados	1.141	1.022

Em 31 de dezembro de 2018, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 655 (2017 – R\$ 265), sendo R\$ 269 (2017 – R\$ 0) via integralização de resultados e R\$ 2.793 (2017 – R\$ 1.267), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 2.407 (2017 – R\$ 1.002).

b) Destinações

A Cooperativa destinou seus resultados conforme o estatuto social, dos valores destinados 10% foram para a Reserva Legal e 10% para o FATES.

NOTA 14 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	2018	2017
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	1.762	1.285
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais	(740)	(540)
Exclusões / (Adições):		
Receita com atos cooperativos	747	560
Juros sobre capital próprio	135	137
Outros	(143)	(157)
Subtotal	739	540
IRPJ e CSLL registrados no resultado	(1)	-

NOTA 15 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**a) Instituições relacionadas**

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	2018	2017
Ativo		
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	7.416	7.341
Outros Créditos - Rendas a receber	7	100
Investimentos (Nota 07)	783	699
Passivo		
Obrigações por empréstimos (Nota 10)	9.935	4.281
Outras Obrigações - Diversas (Nota 11)	224	-
Receitas		
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 17)	398	755
Despesas		
Operações de Empréstimos e Repasses	828	664
Outros Dispendios e Despesas Operacionais (Nota 18)	348	339

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	2018	% em relação ao total	2017
Depósitos à vista	23	1,43%	-
Depósitos a prazo	475	2,45%	186
Operações de crédito	539	1,73%	566

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão incluídos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	2018	2017
Pessoas chave da administração	231	82

NOTA 16 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2018	2017 (Reapresentado)
Despesa de aluguéis	9	6
Despesa de comunicação	48	44
Despesa de manutenção e conservação	10	-
Despesa de material	12	11
Despesa processamento dados	32	4
Despesa de promoções e relações públicas	21	25
Despesa de seguro	66	54
Despesa de serviços do sistema financeiro	49	28
Despesa de serviços de terceiros	46	24
Despesa de serviços de técnicos especializados	65	34
Despesa de serviços de transportes	15	9
Despesa de viagem	79	76
Despesas de depreciação e amortização	19	15
Outras despesas administrativas	322	226
Total	793	556

NOTA 17 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2018	2017
Recuperação de encargos e despesas	4	119
Ingressos depósitos intercooperativos(i)	397	692
Reversão de provisões operacionais	77	1
Outras rendas operacionais	166	145
Total	644	957

(i) Refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

NOTA 18 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2018	2017 (Reapresentado)
Descontos concedidos em renegociação e crédito	6	13
Contribuições Cooperativistas	17	15
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	9	7
Cooperativa Central Sicredi Norte/Nordeste	331	292
Outras provisões operacionais	9	-
Outras despesas operacionais	774	131
Total	1.146	458

NOTA 19 – GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se a Estrutura de Gerenciamento de Capital, o Risco Operacional, de Mercado, de Liquidez, e o de Crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Estrutura de Gerenciamento de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimos legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada Instituição do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de capital pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Sobre nós \ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos \ Gerenciamento de Riscos Pilar 3".

II - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A gestão do risco operacional é realizada de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistemicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações, que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São essas:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios;

III - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de mercado da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das instituições do Sistema.

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento do risco de mercado pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Sobre nós \ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos \ Gerenciamento de Riscos Pilar 3".

IV - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada Instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- O estabelecimento de processos de rastreamento e reporte da observância ao apetite ao risco de liquidez fixado na RAS;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento do risco de liquidez pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Sobre nós \ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos \ Gerenciamento de Riscos Pilar 3".

V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

VI - Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos pode ser acessada por meio do sitio www.sicredi.com.br, no caminho "Sobre nós \ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos"

NOTA 20 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções CMN n° 3.444/07 e n° 3.490/07 até setembro de 2013 e pela Resolução CMN n° 4.192/13 a partir de outubro de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Limites operacionais	2018	2017
Patrimônio de Referência (PR)	7.636	6.478
Nível I (NI)	7.636	6.478
Capital principal - CP	7.636	6.478
Capital social	5.995	5.341
Reservas de capital	556	412
Lucros acumulados	1.151	728
Ajustes Prudenciais	(66)	(3)
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	29.274	18.744
Margem de Capital (i)	4.159	4.042
Índice de Basileia (PR / RWA)	26,21%	34,56%
Situação de Imobilização (Imob)	76	3.198
Índice de Imobilização (Imob / PR)	0,98%	0,75%

(i) Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

NOTA 22 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2018, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

 José Alberto de Almeida
 Diretor Presidente
 CPF: 059.819.053-87

 Manfredo Candido Maciel
 Diretor Administrativo
 CPF: 002.369.263-49

 Francisco Antonio Távora Colares
 Diretor Financeiro
 CPF: 016.836.815-33

 Eduardo Netto Sarubbi
 Contador
 CRC: RS-060899/O-8
 CPF: 694.157.650-20